

h

AUTORIZAÇÃO Nº 9768 /2012

I. Do Pedido

Laura Gomes Costa Almeida, no âmbito da sua Tese de Mestrado, notificou à CNPD um tratamento de dados pessoais com a finalidade de realização de um estudo observacional sobre a "Educação para a sustentabilidade da água: Uma abordagem com alunos do 2.º ciclo o ensino básico".

O estudo pretende implementar um conjunto de atividades, consciencializando os alunos participantes para a sustentabilidade da água e medir o impacto desse projeto no consumo de água do agregado familiar.

A investigadora pretende aplicar questionários antes e após a aplicação da ação de sensibilização na turma, bem como filmar as atividades de consciencialização desenvolvidas na turma.

Serão convidados a participar no estudo os alunos de uma turma do 6.º ano, na qual a investigadora leciona.

Os dados são recolhidos de forma direta, mediante filmagem, assim como através da resposta a questionários em papel pelos encarregados de educação e pelos alunos participantes no estudo. Alguns encarregados de educação serão entrevistados no final do projeto pela investigadora.

Nos questionários não há identificação nominal do titular, sendo aposto um código de participante. A chave desta codificação só pode ser conhecida da investigadora.

A investigadora solicitará consentimento informado aos representantes legais dos participantes, cuja declaração conservará em local de acesso reservado.

Aos titulares dos dados é assegurado o direito de conhecer e corrigir os dados que lhes respeitem.

A segurança das informações é garantida pela manutenção dos dados em local de acesso reservado.

II. Da Análise

Porque em grande parte referentes à vida privada, os dados recolhidos pela requerente têm a natureza de sensíveis, razão pela qual o respetivo tratamento só pode basear-se no consentimento expresso, esclarecido e livre dos titulares dos dados, ou dos seus legais representantes nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 7.º da Lei n.º 67/98, de 26 de Outubro (LPD).

Por esta razão é necessário o «consentimento expresso do titular», entendendo-se por consentimento qualquer manifestação de vontade, livre, específica e informada, nos termos da qual o titular aceita que os seus dados sejam objeto de tratamento, o qual deve ser obtido através de uma “declaração de consentimento informado” onde seja utilizada uma linguagem clara e acessível.

Nos termos do artigo 10.º da LPD, a declaração de consentimento tem de conter a identificação do responsável pelo tratamento e a finalidade do tratamento, devendo ainda conter informação sobre a existência e as condições do direito de acesso e de retificação por parte do respetivo titular.

Os titulares dos dados, de acordo com a declaração de consentimento informado junta aos autos, apõem as suas assinaturas na mesma, deste modo satisfazendo as exigências legais.

O fundamento de legitimidade é o consentimento dos titulares dos dados. Porque haverá recolha de dados de menores, terá de haver consentimento a prestar pelos

h

legais representantes. Impõe-se, ainda, que a criança seja ouvida e em função da idade, nos termos da lei, ela própria preste a sua anuência à recolha de dados pessoais para participação no estudo. O estudo deve ter em conta o superior interesse da criança.

A informação tratada é recolhida de forma lícita (cfr. alínea a) do n.º1 do artigo 5.º da LPD), para finalidades determinadas, explícitas e legítimas (cfr. alínea b) do mesmo artigo).

III. Da Conclusão

Em face do exposto, a Comissão Nacional de Protecção de Dados (CNPd) autoriza o tratamento de dados pessoais *supra* apreciado, nos termos do n.º2 do artigo 7.º, da alínea a) do n.º1 do art. 28.º e do n.º 1 do art. 30.º da Lei n.º 67/98, de 26 de Outubro, consignando-se o seguinte:

Responsável pelo tratamento: Laura Gomes Costa Almeida

Finalidade: Estudo observacional sobre a "Educação para a sustentabilidade da água: Uma abordagem com alunos do 2.º ciclo o ensino básico".

Categoria de Dados pessoais tratados: código de participante, género, idade, composição do agregado familiar, questionários sobre comportamentos de sustentabilidade em casa, os consumos diários, mensais e anuais de água com o autoclismo e com banhos e filmagens do envolvimento nas atividades das aulas.

Entidades a quem podem ser comunicados: Não há.

Formas de exercício do direito de acesso e retificação: Junto da responsável pelo tratamento dos dados.

Interconexões de tratamentos: Não há.

Transferências de dados para países terceiros: Não há.



Prazo de conservação dos dados: As filmagens e a chave da codificação devem ser destruídas um mês após a defesa de Tese.

Lisboa, 11 de Dezembro de 2012

Ana Roque, Helena Delgado António, Carlos Campos Lobo (Relator), Vasco Almeida

A handwritten signature in dark ink, appearing to read 'Filipa Calvão', is written over a horizontal line.

Filipa Calvão (a Presidente da CNPD)